

no centro de gravidade do pacto federal.

Os governos participantes da barganha, ou seja, as unidades constituintes da negociação devem ser equipotentes, individual ou coletivamente (regiões). Nesta perspectiva devem constituir-se ao mesmo tempo em unidades desiguais, porém não muitos diferentes, mas com capacidade de defender as diversas motivações que as levaram a barganha. Motivações essas que podem ser resumidas na pretensão de ampliação do mercado interno e na defesa dos interesses das elites nacional e/ou regionais.

A análise das idéias de Willian Riker nos leva a concluir que o mesmo se centra na circularidade do conceito de federalismo, haja vista que na medida em que o referido autor expõe federalismo como apenas um pacto de expansão territorial, entra em um círculo vicioso, no sentido de que a expansão territorial implica em crescimento de mercado, gerando mais impostos, mais burocracia, provocando, também, a ampliação militar o que por sua vez conduz novamente ao desejo de ampliação territorial, consequentemente, a um beco sem saída.

Portanto, a expansão territorial e militar, ambos em estreita conexão, são condições necessárias, porém não suficientes para a determinação do federalismo, uma vez que, na proporção em que se considera as duas condições como necessária e suficiente está se sombreando a pactuação política. Sobretudo quando acreditamos que federalismo tem correlação política e social, então a expansão territorial e militar como condições necessárias e suficientes obscurece a idéia de dominação política e social. Inclusive, porque a pactuação política visando a ampliação externa do governo, significa que já existe uma dominação prévia interna, como também, devido alguns elementos do pacto federativo não se encontrar explícito na Constituição Federal.

Nesse sentido afirmamos peremptoriamente que a extensão territorial não se constitui em condição necessária para se obter um sistema federal, uma vez que um país como a Suíça que possui pequena área territorial e outros países que possuem grandes áreas continentais, ambos são federações. Portanto, o federalismo não é um pacto político entre cidadãos, mas entre governos, independentemente da extensão territorial.

Entendemos, também, que quando Willian Riker conceitua federalismo como agregação de territórios, o mesmo confunde território com espaço. Na definição de federalismo do autor, os conceitos de território e espaço se igualam, entretanto, território e espaço possuem conceitos diferentes, como podemos observar, através de Poulantzas no qual o espaço é resultante das relações sociais de produção e consiste em um espaço organizado política e socialmente. Conforme este enfoque, podemos inferir que Willian

Riker utiliza a metáfora da expansão territorial, onde o pacto territorial obscurece um pacto de governo político, isto é, um pacto de dominação política.

A terceira crítica funda-se na assertiva que Willian Riker desconsidera as classes sociais, considerando apenas os territórios em um processo de pactuação política. Assim, esclarecemos que o federalismo não elimina as diferenças de classes. Ao contrário. As faz presentes nos territórios.

Por fim a última crítica se fundamenta na falácia ideológica colocada por Willian Riker, na qual afirma que o federalismo consiste em garantir a expansão militar e territorial, ou seja, se constitui em barganha de poder e não de liberdade. Conceituamos ideologia de acordo com o Dicionário do Aurélio (1986, p. 913), como um "Conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época e que traduzam uma situação histórica", sem contudo, desconhecer o rico debate que existiu e continua existindo em torno do conceito de ideologia. Portanto, analisamos que no conceito de ideologia existem valores diferenciados e que, por conseguinte, refletem interesses e beneficiários distintos. Logo, para o autor a barganha do pacto federativo tem predisposição ideológica.

A explicação histórico-política do federalismo adquire grande projeção, devido o mesmo consistir na expansão de governo político e territorial passível de vários conteúdos: social, ideológico e cultural, ou seja, se constitui em uma forma de organização territorial de poder dos Estados Nacionais, capaz de preservar a diversidade e a singularidade histórica no âmbito de uma união estatal maior.

Particularmente, nesse momento, no Brasil em que a aliança que levou a vitória as forças de esquerda, terá que realizar um Pacto Nacional que necessariamente envolverá tarefas estratégicas com o objetivo de montar e construir um governo de reconstrução nacional, que tenha a capacidade de abrir caminhos para profundas transformações sócio-econômica, política, cultural, etc ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1986.

RIKER, W. H. Duch and American Federalism. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

RIKER, W. H. The Origin of Federal Government. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

RIKER, W. H. The Invention of Centralized Federalism. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

*Maria do Socorro Lira Monteiro é professora do DECON/UFPI, Mestre em Economia Rural/UFPA-Campina Grande e Doutora em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente/UNICAMP

O ATUAL GOVE

Samuel Costa Filho*

Os críticos do governo petista estão acusando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estar dando continuidade à política econômica da ortodoxia financeira aplicada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A nomeação de um tucano, Henrique Meireles, para presidência do Banco Central, aumento do superávit fiscal primário para além do combinado anteriormente com o FMI e as seguidas subidas da taxa de juros (a última com a elevação da taxa básica de juros de 25.5% para 26.5% e o aumento do depósito compulsório dos bancos de 45% para 60%) objetivando o controle da inflação, seria a mesma política usada nos últimos anos de governo FHC.

Nesse contexto, pretendemos fazer algumas observações com relação às críticas que estão surgindo de todos os lados. Gostaríamos de lembrar que estamos diante de um modelo econômico implantado exatamente há dez anos. Devemos atentar para a impossibilidade de em poucos meses esperar que um governo desmonte um modelo implantado durante os últimos dez anos. Precisamos ter cuidado (Chauí, 2003).

Conforme o texto que apresentamos no último número do Informe Econômico, semelhante ao modelo argentino, a política econômica escolhida pelo governo de FHC foi liberal, guiada pela integração passiva e submissa à economia globalizada apoiada na abertura comercial. O grande capital internacional e os mercados financeiros globalizados ditaram as regras que nosso país se submeteu, elevando a nossa grande vulnerabilidade e dependência de capitais externos. Esse modelo colocou o Brasil numa dependência internacional jamais vista na história do país.

O primeiro efeito desse aumento do grau de vulnerabilidade externa brasileira deveu-se ao crescimento mais que proporcional no ritmo de crescimento e na dependência de produtos importados pelo país, impactando desfavoravelmente a balança comercial e consequentemente desestabilizando o balanço de transações correntes do Brasil.

Outro impacto negativo da opção seguida decorreu do agravamento do estrutural déficit na balança de serviço, ou seja, nas contas de turismo, fretes, seguros, lucros, dividendos e juros. Elevamos o déficit na conta de transações correntes e pressionamos cada vez mais a conta de Capital (investimento direto, reinvestimento, empréstimo, financiamento/amortiza-

RNO É DO PT OU CONTINUA TUCANO?

tizações, outros capitais). Como não possuísimos moeda forte ao nível de comércio internacional, necessitamos criar e atrair um elevado superávit na conta de capital.

A nível interno implementamos uma política de elevação na taxa de juros que trouxe e traz conseqüências negativas para a dívida interna. Apresentando comportamento semelhante ao da balança comercial, o setor público tornou-se estruturalmente deficitário. Embora as contas primárias apresentem resultados superavitários nos últimos anos, a perda de controle sobre a dívida decorreu dessa componente financeira (juros) e da venda de títulos públicos objetivando enxugar a liquidez (retirar moeda da economia) provocada pelo alto ingresso de recursos externos. Criamos os déficits gêmeos (déficits interno e externo) difíceis de serem resolvidos.

Analisando o desempenho do PIB brasileiro nos anos 90 constatamos que o nosso país configurou um quadro de semi-estagnação econômica com um crescimento médio anual inferior ao da chamada "Década Perdida". A política econômica implementada entre os anos de 1990 e 1992 resultou num período de forte instabilidade, seguiu-se um período de curta recuperação entre 1993/1995 (incentivada pelo aumento do consumo interno promovido pelo Plano Real) e estagnação econômica entre 1996/1999 (Cappa, 2002). Só não chegamos a atual situação existente na Argentina devido à modificação na política cambial e aos recursos emprestados pelo FMI.

Pelo exposto, a integração passiva e subserviente do Brasil ao processo de globalização levou a redução do controle e da dinâmica da nossa economia. Como na Argentina, fomos conduzidos e levados a depender dos humores do capital globalizado, do FMI, G 7 (em especial dos EUA), que recebem a pomposa denominação de "Deus Mercado".

O Brasil, ao implementar um modelo que tinha no seu núcleo básico a âncora cambial sobrevalorizada e a abertura comercial deveria saber dos riscos que estava correndo. Constantemente a propaganda oficial e a equipe econômica, com grande colaboração da mídia, passaram a impressão para o grande público que a política econômica adotada não tinha levado a crises econômicas. Éramos apenas vítimas de situação de crise externa, ou seja, vítimas da

crise momentânea dos mercados globalizados.

Desde antes de assumir a Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva vem se deparando com uma subida dos índices inflacionários em decorrência das desvalorizações cambiais, dos preços de Commodity, e com o aumento dos preços administrados. Não evitar essa subida, significa pôr a perder todo o programa de controle inflacionário realizado desde a implementação do Plano Real até agora. As medidas implementadas irão, certamente, reduzir o ritmo de crescimento da economia brasileira. No entanto, convém frisar que, sem elas, haveria crescimento mais elevado neste ano, mas em 2004 a situação seria desastrosa para a economia brasileira e a conta seria cobrada em dose dupla. Como afirmou o atual presidente da FIESP em entrevista logo após a posse do presidente Lula, é melhor perder um ano agora e ganhar os três seguintes.

Olhando para os "fundamentais" herdados do governo FHC podemos entender a crítica situação criada e herdada do governo passado:

- a) uma taxa de inflação em ascensão e já na casa dos dois dígitos;
- b) uma taxa de juros real somente praticada por ajiotas;
- c) uma política fiscal de superávit primário, mas com déficit operacional e nominal bastante elevados, e com um sistema tributário deplorável e injusto;
- d) uma dívida pública interna fortemente indexada ao câmbio e ao juro em níveis cada vez mais elevados;
- e) uma taxa de câmbio sobvalorizada;
- f) uma balança de conta corrente que não apresenta sustentabilidade a curto, médio e longo prazo.

Desse modo, é bom lembrar aos críticos que a atual sinuca a que foi posta a economia brasileira, com a política de juros, é obra do governo anterior. Foi gestada pelo modelo e equipe econômica do governo FHC. O que está ocorrendo é que o país está pagando pelos erros do governo passado. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pode dizer isso com todas as letras porque tal declaração provocaria uma deterioração muito rápida das expectativas do mercado em relação ao país.

Como bem compreendeu Delfim Neto (2003) "Nós temos de entender que o país está numa jaula, cercado de ferros por todos os lados. E a porta abre pelo lado de fora. Ou abre a porta, ou nós morremos sufocados".

Segundo o citado economista, a chave dessa jaula é o restabelecimento do fluxo de capitais, a recuperação da confiança externa, fatores que criam condições para a volta do crescimento sustentado. O importante é ressaltar que a atual alternativa de política econômica de juros elevados é uma alternativa de curto prazo.

Um aspecto de suma importância implementado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva é o Programa Fome Zero de combate à fome e a miséria, lançado no início de sua gestão. A proposta não é inédita, pois os tucanos distribuíram alimentos, bolsa renda e implementaram programas sociais focalizando os mais pobres utilizando cartões magnéticos que visavam reduzir as fraudes e o clientelismo.

O Brasil possui 54 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza segundo dados do IBGE. Esse número representa 31,8% dos cerca de 170 milhões de brasileiros. Desses 54 milhões, 49 milhões têm renda inferior a meio salário mínimo por mês (R\$ 100,00), e os 5 milhões restantes são pessoas que sobrevivem sem nenhum tipo de renda. Essa é uma situação inconcebível para uma sociedade como a brasileira.

Assim, o Programa Fome Zero representa uma atitude progressista e relevante na política de curto prazo do novo governo. Por ser uma política assistencialista de curto prazo, posteriormente se faz necessárias reformas estruturais (reforma agrária, tributária, geração de emprego e renda) que viabilizem a inclusão desses excluídos na força produtiva, estendendo os direitos de cidadão a toda essa população de excluídos, eliminando dessa maneira essa chaga que mancha a nossa sociedade.

O aspecto fundamental que precisamos analisar em relação à política do PT diz respeito ao desmonte do modelo liberal de inserção subordinada dos anos 90 e as propostas de reformas estruturais objetivando o desenvolvimento da economia brasileira no longo prazo. E aqui é que as propostas iniciais do PT destoam fortemente da luta histórica que o partido realizou ao longo da sua existência. Suas propostas de reformas previdenciária, tributária e trabalhista caminham na mesma linha dos Tucanos na visão do "Custo Brasil".

No que diz respeito à questão da Previdência o PT vem apresentando um

discurso semelhante ao do Governo FHC. O ministro Ricardo Berzoini reiterou a existência de um meça-déficit, principalmente causado por supostos privilégios concedidos à categoria dos servidores públicos. Ao longo das últimas semanas, a sociedade brasileira tem sido desinformada com reportagens a respeito do sistema previdenciário visando reformas na previdência e regulamentação de um novo regime, principalmente para o funcionalismo público.

O atual sistema, por meio de contribuições previdenciárias, criou um pacto intergeracional forçado em que os jovens de hoje esperam que os jovens de amanhã os sustentem forçadamente na velhice. A eliminação de benefícios pactuados com as gerações de trabalhadores que entraram no sistema em períodos passados tem sido a proposta do governo Lula, ou seja, a mesma proposta do governo tucano.

O conjunto de recursos que deveria ser utilizado em média somente 25 ou 30 anos, quando as pessoas encerrassem sua vida ativa e ingressarem na aposentadoria, passando a receber os benefícios a que têm direito nunca foi capitalizado e acumulado visando tal objetivo, e sim utilizado na Seguridade Social (saúde pública e assistência social) ou em outros gastos e políticas dos governos passados. Será que os idealizadores e gestores do sistema pensavam em manter os trabalhadores já aposentados somente com recursos de sua receita corrente? , ou seja, contando apenas com a arrecadação da folha de trabalhadores da ativa?

Porém uma questão que convém salientar é que tem sido a Seguridade Social que opera com meça-déficit. A Previdência Social e Seguridade Social são coisas bastante diferentes. O sistema de Seguridade Social é composto por três componentes:

- a) a saúde pública (amparo aos doentes);
- b) a assistência social (amparo a portadores de deficiência e pessoas em situações de risco social); e
- c) a Previdência Social (amparo aos trabalhadores que ultrapassaram o período de vida laborativa).

Conforme Benjamin (2003), nesse problema está havendo precipitação e confusão. Ao usar as despesas da Seguridade, como um todo, para discutir a reforma da Previdência, o Governo do PT está utilizando um artifício lamentável que reduz a questão da reforma a uma natureza fiscal e a Previdência passa a ser submetida às diretrizes gerais de arrocho comandadas pelo FMI. Com essa atitude, o governo petista está seguindo uma linha tão criticada e combatida por esse mesmo partido ao longo de sua história.

Ainda segundo César Benjamim, ao usar as taxas de crescimento do número de beneficiários da Previdência nas décadas passadas para, com base nelas, fazer projeções para o futuro, os dados do governo deixa de levar em conta o ingresso maciço de novos contingentes de beneficiários no sistema, em virtude da política de universalizações seguidas nos últimos anos pelo governo brasileiro. Em decorrência dessa política, grupos inteiros de trabalhadores rurais, empregadas domésticas, portadores de deficiência, autônomos e pessoas com mais de 65 anos foram incorporados aos benefícios, alguns sem nunca terem contribuído para o mesmo, num padrão que não se repetirá no futuro. No Brasil, no futuro não haverá mais grupos novos a serem coletivamente incorporados.

“A exclusão, marginalização ou pobreza extrema de uma parte dos trabalhadores não podem ser desvinculadas da exploração e da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil.

Historicamente nossa economia tem privatizado os ganhos do crescimento econômico e socializado as perdas das crises da economia com a classe trabalhadora e o Estado.

A sociedade sempre foi induzida a assumir o ônus das perdas.

Quando chegará a hora dos que sempre foram beneficiados arcar com a conta do ajuste?”

As diferenças de remunerações dos beneficiários que o Sistema de Previdência revelam não destoam do processo injusto de distribuição de renda e riqueza que no Brasil tem, historicamente, privilegiado uma pequena minoria. Todavia, o governo petista acena com um discurso que defende a “previdência dos pobres”. O que se faz necessário é voltar a crescer, gerar emprego, combater fraudes e sonegação estimada em até 50% do que tem a receber a Previdência. Os problemas da Previdência não decorrem das questões demográficas, nem do tipo de benefícios concedidos a determinadas categorias, decorrem, isto sim, das questões econômicas que combinam desemprego, informalidade, baixo crescimento, sonegação e corrupção.

Para preservar o Plano Real em seus oito anos de governo o presidente Fernando Henrique Cardoso gastou bilhões de reais com o pagamento de juros da dívida do setor público decorrentes da sua inseqüente política econômica e elevou a dívida pública, hoje colocada como elemento a ser reduzido com a reforma previdenciária.

Seguindo a mesma linha de nivelamento por baixo, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, recentemente, criticou os sindicatos por estarem preocupados com os seus interesses corporativos e não com os excluídos, utilizando uma tese exposta por Cristóvão Buarque de defesa da população de “excluídos”. Aqui também o enfoque é enganoso e tenta nivelar e resolver o problema por baixo. Numa sociedade como a brasileira que nunca possibilitou aos trabalhadores usufruírem condições elevadas como as dos trabalhadores do “Welfare State”, não é progressista querer melhorar a situação dos “excluídos” a expensas dos trabalhadores “incluídos”.

O PT, com certeza, entende que a contradição principal da sociedade brasileira não é a que diferencia “trabalhadores incluídos” de “trabalhadores excluídos”, mas a que opõe o capital, sobretudo o grande capital, ao trabalho. A exclusão, marginalização ou pobreza extrema de uma parte dos trabalhadores não podem ser desvinculadas da exploração e da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil (Pereira, 2003). Historicamente nossa economia tem privatizado os ganhos do crescimento econômico e socializado as perdas das crises da economia com a classe trabalhadora e o Estado. A sociedade sempre foi induzida a assumir o ônus das perdas. Quando chegará a hora dos que sempre foram beneficiados arcar com a conta do ajuste? Quando poderemos implementar um novo modelo de sociedade?

As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas que o PT tem divulgado também não acenam para outra coisa a não ser a redução do “custo” do trabalhador brasileiro visando garantir uma elevação nas exportações para obter superávits comerciais significativos. O debate sobre o peso dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos, de tão repetido, acabou aparecendo como incontestável. Essa tese afirma que os encargos superam a casa dos 100% da remuneração do trabalho, configurando um cenário em que o trabalhador ganha pouco e custa muito caro para a iniciativa privada.

Apesar de totalmente superada pelos fatos, ainda persiste entre economistas brasileiros a crença marginalista de que a rigidez da legislação trabalhista ou os altos salários são responsáveis pelo desemprego. Depois da “Teoria Geral”, qualquer economista deveria saber que o nível de emprego, afinal, não depende do nível de salário. Ocorre que hoje o neoliberalismo funciona como ideologia modernizante desmantelando os mecanismos de proteção sindical e desautorizando a intervenção do Estado no campo trabalhista e social. Com o neoliberalismo, novamente o Estado e/ou os sindicatos passaram a

ser os culpados pela crise de desemprego.

Esquecem que a revolução tecnológica está cada vez mais aumentando a capacidade produtiva e tornando desnecessário o trabalho humano nas fábricas, conforme tempos atrás já afirmava Marx. A tecnologia está destruindo empregos. Quanto mais se investe, mais empregos são eliminados, para um número cada vez menor de novos empregos criados. Essa revolução tecnológica também chegou ao Brasil, apesar dos baixos salários praticados no país inibirem a automação. Porém, um grau de robotização se fez necessário para elevar a qualidade e uniformidade dos produtos brasileiros. Essa política de modernização industrial é irreversível. Pelo exposto, o investimento na indústria brasileira hoje é responsável pelo muito desemprego e pouco emprego (Kucinki, 2000).

Simultaneamente a essa modernização tecnológica foram se instituindo novas relações de trabalho, como a terceirização, a flexibilização da jornada de trabalho, o emprego compartilhado, ou feito em casa, que no seu conjunto tornam o trabalhador mais livre e o emprego mais precário, recriando formas de extração de excedente na linha da mais-valia absoluta. Nesse contexto, as medidas de emprego e desemprego tornaram-se menos confiáveis e os próprios conceitos de emprego e desemprego menos claros (Kucinki, 2000).

O PT, indiscutivelmente, conhece os trabalhos do DIEESE e CESIT/UNICAMP assinalando que o peso dos encargos sobre a folha limita-se a 25% da remuneração do trabalhador, com uma margem para uma eventual redução de encargos sociais bem menores do que se apreçoa. As reformas nessa área irão mexer muito mais nas fontes de financiamento de programas sociais. A política de redução na jornada de trabalho pelo reconhecimento e distribuição "ex-post" dos recentes e intensos ganhos de produtividade alcançados pelo capitalismo (Mattoso, 1998), além de avanços outros nos direitos trabalhistas não aparecem como meta nas reformas do governo petista.

A reforma tributária representa outro ponto não progressista na atuação do governo petista. As propostas na mesa do congresso e que o governo fala em aproveitar, não penalizam os que ganham mais, nem reduzem a carga de impostos indiretos que recaem sobre a produção. Trata-se apenas de paliativo sem mudanças profundas na estrutura do sistema tributário brasileiro. Já se fala até em permanência da CPMF como forma de manter a atual receita do governo federal. Tributos como o Imposto Territorial Rural, que materializam uma política de reforma agrária, sobre heranças, grandes fortunas, sobre o consumo de bens supérfluos e de luxo,

não se tem dado grande ênfase.

Um outro ponto não progressista é a proposta de autonomia ou independência do Banco Central do Brasil. Segundo discurso dos ortodoxos liberais monetaristas, o Banco Central brasileiro deve dispor de um grau maior de autonomia para poder zelar pela estabilidade da moeda e dos preços. Para isso, o BC precisa controlar, com firmeza, o ritmo de expansão monetária. (Gonçalves & Senna, 1999).

Porém, o Banco Central já tem "autonomia" elevada. É um poder de fato independente, legisla, interpreta a legislação, aplica-a e faz sua auto-avaliação:

a) seus diretores podem gastar montantes astronômicos de dinheiro público, com base apenas em considerações feitas por eles mesmos;

b) as regras sobre quanto podem aplicar nesses casos e quanto se justifica fazê-lo são elaboradas pelo próprio Banco Central, seus diretores deixam-nas de lado quando julgam necessários;

c) casos se conduzam de forma inábil ou irresponsável, os diretores do BC não estão obrigados a prestar contas a nenhum outro poder da república (prestam apenas "esclarecimentos" ao Congresso), e não há previsão legal de sanções para seus atos. O que é preciso e se faz necessário é regulamentar os poderes e competência do Banco Central. (Eduardo Carvalho, 1999).

"Tributos como o Imposto Territorial Rural, que materializam uma política de reforma agrária, sobre heranças, grandes fortunas, sobre o consumo de bens supérfluos e de luxo, não se tem dado grande ênfase."

Não somente o PT, mas a sociedade em geral, é conhecedora que o Banco Central do Brasil ferou prejuízos de bilhões de reais em operações nos mercados de câmbio e no socorro a pequenos e insignificantes bancos, no período de maior autonomia desta instituição, ou seja, no governo de FHC. Os bilhões perdidos e ganhos por algumas grandes instituições aumentaram o déficit público, problema hoje invocado também pelo governo do PT para reformar a previdência dos funcionários públicos.

Em linhas gerais, a política do governo petista é semelhantes às de todos os governos anteriores; quanto mais procura mudar a situação, mais as coisas continuam a ser as mesmas. Não representa em longo prazo uma saída gradual do atual modelo de política econômica liberal que tanto mal fez e faz a sociedade brasileira dos trabalhadores "excluídos" e "incluídos", em benefício do capital financeiro especulativo e do capital nacional associado ao capital externo.

A justificativa talvez apareça na afirmação de que somente essa conduta é a que tornará possível uma alternativa para criar o novo, abandonado o modelo ultraliberal de FHC. Conforme afirmou Chauí (2003): "Vai ser complicado que as mudanças na Previdência, no sistema tributário e na CLT podem ser feitas de um ponto de vista progressista ou de um ângulo regressivo, do ponto de vista básico do trabalho ou do ângulo do capital. Podem, portanto, corrigir injustiças e ampliar direitos do conjuntos dos trabalhadores, ou podem criar novos privilégios e concentrar ainda mais capital, renda e poder (Pereira, 2003).

Após se reunir com os Governadores na busca de pontos em comum para a reforma tributária, o PT acena em manter a CPMF e se recusa corrigir adequadamente a tabela do imposto de renda. Por outro lado, em uma de suas declarações, o ministro do Trabalho classificou o 13º salário e as férias como "penduricalhos" da CLT que podem ser negociados. Além do mais, o governo do PT, a exemplo do Governo de Fernando Henrique utilizou-se de artifício deplorável ao usar as despesas da Seguridade Social para discutir a reforma da Previdência, induzindo e conduzindo, novamente, a sociedade brasileira a ficar contra os servidores públicos. Por fim, ao negociar sobre um possível aumento aos servidores do setor público, o governo do PT que anteriormente afirmava não ter existido tal aumento, fala atualmente que os servidores obtiveram significativos reajustes nos fatídicos anos de FHC. De acordo com o apresentado, chegamos a conclusão de que, "até agora", o governo de Luis Inácio Lula da Silva parece mais estar se organizando para concluir a agenda liberal que Fernando Henrique Cardoso não quis ou não conseguiu concluir.

O governo do PT, até esse momento, não é tucano. Também, não é o do verdadeiro PT. Não é mais vermelho, e nem seque cor de rosa. Tem a cor do momento e da situação que o capitalismo e as elites tupiniquins desejam e vem aplaudindo. Muda para ficarmos na mesma situação. Não é sem razão o índice favorável de aceitação a esse governo revelado pelo "mercado" ●

* Samuel Costa Filho é professor adjunto do DECON/UFPI, Mestre em Economia CAEN/UFCE, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP